

AS NECRÓPOLES ROMANAS DO ALGARVE. ACERCA DOS ESPAÇOS DA MORTE NO EXTREMO SUL DA LUSITÂNIA

Carlos Samuel Pires Pereira

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA IMPRENSA NACIONAL



IULIA LUPERCILLA | SEXTUS NUMISIUS PHAIUS | CATURICUS LUPATUS | CATURICA | AGATHEMERA |
TROILUS | LICINIA | LUCIUS | AEMILIA CHAERIS | CAIUS FLAVIUS |
RELATUS | HIRINIANA | AVINTINA | DIODORA | CALEMERA | QUINTUS FLAVIUS SERANIUS |
SPES DIMITIA | ALBIA NEREIS | DAPHINE | MARCUS | LUCIUS ÂNIOS, filhos de PÚBLIO |
QUINCIA, filha de PALUSTRE | VÍBIO PRÓCULO e sua esposa TUSCILA | SILVANO |
DIANA SILVESTRE | AEMILIA SATURINA | PATRÍCIA | MONTANUS | TATIANUS | DIANA |
SILVANO SILVESTRE | FONTEIUS PHILOMUSUS | CAECILIA MARINA, filha de LUCIUS | PATRICIO |
DIONISIANO | MARITIMA | FABIA MACAECA, filha de CAIO | CHRYSANTUS | AMIMETO | LÚCIO
CALPÚRNICO TEODORO | CATÚRICA PRIMA | CASTOR |
PUBLIO ÉLIO SURO | ACTE | PRÓTIPO | PAULIANO | TIQUE | HERENIANO |
MARCUS SULPICIUS EUPREPES | TITO MÂNLIO LACÃO | LEONE |

Dedicado a todos estes e a muitos outros,
anónimos, a quem a escrita não perpetuou a memória,
e que encontraram no Algarve o local de descanso.

**AS NECRÓPOLES
ROMANAS DO ALGARVE.
ACERCA DOS ESPAÇOS DA MORTE
NO EXTREMO SUL DA LUSITÂNIA**

Carlos Samuel Pires Pereira

PEREIRA, Carlos Samuel Pires. 1982-

As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no extremo sul da Lusitânia – Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Imprensa Nacional, 2018. – 556 p.: il., 28 cm. – (Suplemento a «O Arqueólogo Português». ISSN 0874-579X; 9).

ISBN 978-972-27-2694-8 (IN)

ISBN 978-972-776-532-4 (DGPC)

Foto da capa: Necrópole da Horta de São Cristóvão, Faro. Espólio depositado aos pés do inumado da sepultura 11 (fotografia de Miguel Barbosa).

Suplemento n.º 9 a «O Arqueólogo Português»

DIRETOR

António Carvalho

COORDENAÇÃO

Lívia Cristina Coito

DESIGN GRÁFICO

Artlandia

MAQUETAGEM

Rui Roberto de Almeida

PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Todos os direitos reservados ao abrigo do Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos

ISBN 978-972-27-2694-8 (IN)

ISBN 978-972-776-532-4 (DGPC)

ISSN 0874-579X

Depósito legal n.º 3161/83

Impresso em dezembro de 2018

Museu Nacional de Arqueologia
Praça do Império
1400-206 Lisboa
Portugal
Tel.: 213 620 000 Fax: 213 620 016
E-mail: diretor@mnaarqueologia.dgpc.pt
<http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/>

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.
Av. António José de Almeida
1000-042 Lisboa
Portugal
Tel.: 217 810 700
E-mail: editorial.apoiocliente@incm.pt
www.incм.pt

Índice

PREFÁCIO	9
RESUMO	11
RESUMEN	12
ABSTRACT	13
I. INTRODUÇÃO	
1.1. Justificação e estrutura do trabalho: a morte de um preconceito	15
1.2. Definição cronológica e problemáticas inerentes: a Antiguidade Tardia enquanto delimitação de um Cristianismo clássico	23
II. A MORTE: OSTENTAÇÃO SOCIAL E RELIGIOSA	
2.1. A incineração e a inumação: entre o rito e a prática	29
2.2. Do Paganismo ao Cristianismo: as evidências no túmulo	43
III. ESPAÇOS DA MORTE NO ALGARVE	
<u>3.1. Alcoutim</u>	65
3.1.1. Álamo	65
3.1.2. Vale da Zorra	71
3.1.3. Cortes Pereiras	72
3.1.4. Cerro de Alcoutenejo	72
3.1.5. Quinta do Mocho	73
3.1.6. Corga das Almas	73
3.1.7. Rocha do Touro	74
3.1.8. Vale Grande	74
3.1.9. Vaqueiros I	74
3.1.10. Curral da Pedra	76
3.1.11. Curralinhos	76
3.1.12. Castellhana	77
<u>3.2. Castro Marim</u>	77
3.2.1. Sobral	77
3.2.2. Fornalha	79
3.2.3. Maudinheiro	81
<u>3.3. Vila Real de Santo António</u>	83
3.3.1. Horta	83
3.3.2. Quinta da Fidalga	84
<u>3.4. Tavira</u>	84
3.4.1. Horta da Canada	84
3.4.2. Quinta do Trindade	88
3.4.3. Pedras d'el Rei	89
3.4.4. Torre d'Ares, <i>Balsa</i> : necrópole norte	96
3.4.4.1. Os materiais	101
3.4.5. Torre d'Ares, <i>Balsa</i> : necrópole oriental	257
3.4.6. Sítio do Pinheiro	264
3.4.7. Dona Menga	266
3.4.8. Paúl	267
3.4.9. Ribeira de Leitejo	274
3.4.10. Cerro da Chã II	274
3.4.11. Cerro do Lorvão	275
3.4.12. Manjovos	275
3.4.13. Monte da Torre	279
<u>3.5. Olhão</u>	280
3.5.1. Alfandanga	280
3.5.2. Alfanxia	281
3.5.3. Parra	283

3.5.4. Moncarapacho	285
3.5.5. Marim	286
3.5.6. Bela Mandil	300
<u>3.6. São Brás de Alportel</u>	301
3.6.1. Cartaxinho	301
3.6.2. Alcaria	303
3.6.3. Sítio da Horta e Moinhos/São Brás de Alportel	303
3.6.4. São Romão	306
<u>3.7. Faro</u>	307
3.7.1. Horta do Ferregial/Campo da Trindade	307
3.7.2. Faro, <i>Ossonoba</i> : necrópole norte	308
3.7.2.1. Estácio da Veiga e o reconhecimento arqueológico de Faro	310
3.7.2.2. A passagem de Abel Viana por Faro	313
3.7.2.3. Júdice Gamito e a Nova Arqueologia, Rua das Alcaçarias	316
3.7.2.4. Arqueologia de prevenção e minimização, intervenções de empresas	323
3.7.3. Horta dos Fumeiros/Largo de São Sebastião	330
3.7.4. Horta de São Cristóvão	330
3.7.4.1. Faseamento	334
3.7.4.2. Breves considerações	358
3.7.5. Mata-Lobos	359
3.7.6. Cerro de Guelhim, necrópole ocidental de Milreu	360
3.7.6.1. Os mausoléus	361
3.7.6.2. A necrópole	363
3.7.6.3. Reflexões finais	370
3.7.7. Cancela	373
<u>3.8. Loulé</u>	373
3.8.1. Quinta do Freixo	373
3.8.2. Torrinha	373
3.8.3. Salir	374
3.8.4. Benafim	375
3.8.5. Alcarias	376
3.8.6. Aprá	376
3.8.7. Cerro	379
3.8.8. Retorta	379
3.8.9. Cerro da Vila	381
3.8.10. Loulé Velho	385
3.8.11. Quinta do Ludo	386
3.8.12. Mortórios	386
<u>3.9. Albufeira</u>	387
3.9.1. Chaiças II	387
3.9.2. Necrópole da Ponte	388
<u>3.10. Silves</u>	389
3.10.1. Perna Seca	389
3.10.2. Monte Branco	390
3.10.3. Bica Alta	391
3.10.4. Amorosa	392
3.10.5. Serro da Zimbreira	393
3.10.6. Morgado das Taipas	393
3.10.7. Sentieiras	397
<u>3.11. Lagoa</u>	397
3.11.1. Ruínas do Vale da Amargura	397
3.11.2. Lagoa	398
3.11.3. Poço Partido	399
<u>3.12. Portimão</u>	399
3.12.1. Reguengo	399
3.12.2. Alcalar	399
3.12.3. Quinta de Arge	401
3.12.4. Monte da Torre	402
3.12.5. Malhadais	404
3.12.6. Monte Salgado	404

3.12.7. Mexilhoeira Grande	405
3.12.8. Norinha	405
3.12.9. Vale da Arrancada	405
3.12.10. Cruzinha	406
3.12.11. Quinta da Donalda	406
3.12.12. Convento de São Francisco	407
<u>3.13. Monchique</u>	410
3.13.1. Alfeise	410
3.13.2. Archeta	410
3.13.3. Alcaria	412
3.13.4. Cerro da Vigia	413
3.13.5. Caldas de Monchique	413
<u>3.14. Lagos</u>	414
3.14.1. Fonte Velha de Bensafrim	414
3.14.2. Monte do Cágado	430
3.14.3. Escampadinho/Descampadinho	431
3.14.4. Terras Novas	433
3.14.5. Sargaçal	433
3.14.6. Figueiral da Misericórdia	433
3.14.7. Cerro do Lago	434
3.14.8. Falfeira	435
3.14.9. Necrópole do Monte Molião	435
3.14.10. Marateca	442
3.14.11. Vale da Lama	443
3.14.12. Lagos e Rua Marreiros Neto	446
3.14.13. Cerro do Lorvão	448
<u>3.15. Vila do Bispo</u>	449
3.15.1. Cerro das Alfarrobeiras/Lomba das Pias	449
3.15.2. Mirouço	451
3.15.3. Cabo de São Vicente	451
<u>3.16. Aljezur</u>	452
3.16.1. Cerro das Vinhas	452
3.16.2. Odeceixe	453
3.16.3. Mortórios ou Arregata e Moledos	454
IV. REFLEXÕES FINAIS E PROPOSTAS PARA O FUTURO	
4.1. As necrópoles do extremo sul da Lusitânia como centros de consumo	457
4.2. A topografia funerária no quadro da ocupação romana do Algarve	481
BIBLIOGRAFIA	501
ANEXO I	
Tipologia da arquitetura subterrânea das necrópoles romanas do Algarve	547
ANEXO II	
Mobiliário funerário mais comum	551
ANEXO III	
Cronologia e rito das necrópoles romanas do Algarve	561

I. Introdução

1.1. Justificação e estrutura do trabalho: a morte de um preconceito

É sobejamente conhecido que a morte sempre foi enfrentada de uma forma antinatural (Bernaldo de Quirós, 1995). É o fim da vida, que se manifesta de formas muito diversas, por vezes violentas, e que afeta todos os sentidos humanos. Temida pela grande maioria dos vivos, sempre se procurou evitar o contacto direto com aqueles a quem Caronte chamava. Apesar deste temor, houve sempre a preocupação de honrar os finados da melhor forma possível, até porque a incerteza do que acontecia após a morte era ainda mais assustadora. Se nos desguarnecermos, portanto, do milenar preconceito do contacto com a morte, esta representa uma ferramenta eficaz para o estudo dos vivos, como já disse Teresa Chapa Brunet (2006).

Embora possamos pensar que os Romanos temiam a morte, para qualquer cidadão, regido pelo *ius pontificium*, o mais temível não era morrer, mas sim não ter uma morte digna ou o direito aos devidos rituais fúnebres vigentes (Vaquerizo Gil, 2010, p. 13). Se um cidadão não fosse sepultado segundo as normas, estava destinado a vagar eternamente, sendo-lhe, assim, roubado o eterno descanso, atormentando os seus descendentes, que não tinham cumprido os desejos que tinha manifestado em vida. Por respeito ou por piedade, os familiares dos finados cumpriam, maioritariamente, com as suas obrigações. Prestar aos defuntos as devidas homenagens e cerimónias, era, aliás, um dever, bem como dotá-los de memoriais que falassem por eles para a eternidade (Vaquerizo Gil, 2011, p. 95), embora frequentemente se utilizasse a madeira como suporte epigráfico, material que se deteriorava rapidamente.

O conceito de morte em época romana não tem, contudo, uma definição fácil e menos ainda consensual, sendo certo que as ações dos vivos não permitem que se assuma o fenómeno da morte de uma forma generalizada (Róman Alcalá, 1996, p. 126 e 127). Se o receio de se ser julgado por não ofertar mais ao antepassado (Blázquez Martínez, 2006) explica o aparecimento de lápides funerárias que demonstram a frustração dos dedicantes por não terem podido oferecer um memorial à altura do seu antecessor (*filia ut potuit / non ut voluit*, CIL I2, 3449, Cartago Nova, Hernández Pérez, 2001, p. 184), também há situações em que se usurpou um *locus religiosus* para que fosse possível sepultar outro indivíduo, mesmo que aquele correspondesse a um recinto funerário com *indicatio pedaturae* (Vaquerizo Gil, 2011, p. 95 e 96).

O preconceito em relação à morte não é, portanto, uma reação atual e não pode ser considerada de origem cristã. Refira-se que, com o Cristianismo, as áreas funerárias apoderaram-se do interior das cidades, reunindo dois mundos até então separados. Poder-se-á mesmo afirmar que com o Cristianismo a morte é venerada, não no sentido de apreciada ou reverenciada, mas sim no da coragem que é evidenciada por aqueles que a enfrentam por uma causa religiosa.

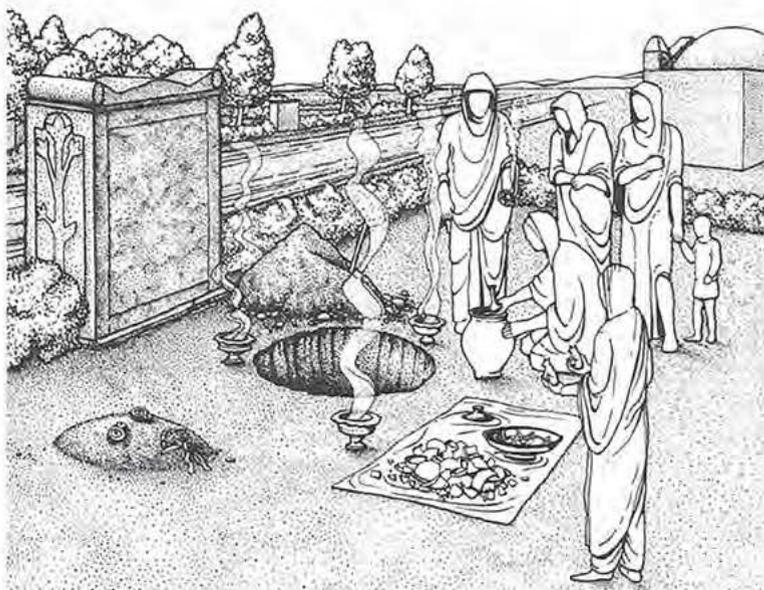


Fig. 1 — *Ossilegium* após a conclusão da cremação do corpo (Witteyer e Fasold, 1995, Abb. 18).



Fig. 2 — Possível representação de Lares a purificar uma mulher. *Lararium aedicula* da casa dos Vetii, Pompeia (Carlson, 2014, p. 11, fig. 4).



Fig. 3 — *Via Appia Antica*, representação daquela que foi uma das mais importantes *viae sepulcrales* de Roma (Canina, 1853, Tav. XVII).

Esta realidade contrasta com a aparente preocupação higiénica da cidade romana. Horácio descreve estes locais como os mais imundos, repletos de ossos e todo o tipo de matéria nauseabunda (*Sermones*, I, 1.8, 11-22). Menos se compreende a existência destes locais se tivermos em conta que a capital romana contava também com crematórios monumentais, onde as cremações em massa eram efetuadas. De facto, Plutarco faz notar que, nestes casos, por cada dez homens deveria ser colocado o cadáver de uma mulher (*Quaestiones Convivales*, III, 4, 2; Retief e Cilliers, 2005, p. 135), o que permitia um incremento da temperatura proporcionada pela melhor combustão da matéria feminina. Reconhecemos, contudo, que nestes casos o esforço na recolha de combustível seria ainda maior.

Mas este não é o único paradoxo característico do Alto-Império Romano no que diz respeito a situações estigmatizantes. Se a morte contaminava o mundo dos vivos, em que o mero contacto visual com o cadáver poderia ter repercussões na vida de cada um, não se compreende como a maioria dos cidadãos assistia a desportos que frequentemente terminavam em morte (Kyle, 1998), sem que este caso fosse considerado uma contaminação.

A marginalização daqueles que lidavam com os processos do *funus* era evidente, o que se comprova pelo facto de estes serem, na totalidade, trabalhadores não livres, com exceção dos momentos em que deveria ser a família a fazê-lo. Não obstante, era frequente a participação da sociedade em geral nas execuções públicas de sentenciados, onde a morte era utilizada como modelo de justiça (Retief e Cilliers, 2005, p. 142). Neste evento público, o sentenciador estaria apenas a cumprir com os seus deveres cívicos, motivo pelo qual não se considerava que tivesse sido exposto a qualquer contaminação, nem sequer os espetadores (Hope, 2000, p. 112). Já o carrasco, executante último da sentença, era visto como demoníaco (Lindsay, 2000, p. 160), mas, em última análise, também cumpria com a sua função cívica.

Parece evidente que muitos dos costumes do *funus* poderão ter sido influenciados por aspetos relacionados com a higiene. No entanto, o entendimento sobre a contaminação parece ser bastante rudimentar na época (Retief e Cilliers, 2005, p. 142), principalmente se tivermos em conta o grau de conhecimento comum e a cremação constante de cadáveres a céu aberto. Neste sentido, a aparente preocupação com a higiene pública, no que respeita ao processo fúnebre, parece ser ilusória.

É esta realidade que obriga a considerar que o uso e o costume da prática da cremação não são resultado de um único motivo. Embora para alguns autores este costume resulte inequivocamente de práticas de saúde pública (Cilliers, 1993; Hope, 2000; Lindsay, 2000; Retief e Cilliers, 2005) e para outros traduza um conjunto de superstições e crenças relacionadas com a alma (Lillo Carpio, 2001-2002), fica claro que ambos deverão ter sido preponderantes na hora de optar pelo processo de deposição do cadáver. Não devemos ainda esquecer, pelo menos na Península Ibérica, a preexistência do rito de cremação, que, em algumas áreas, vinha sendo praticado desde o final da Idade do Bronze.

A violação de *loca religiosa* e o desrespeito pelo cadáver eram considerados pela legislação (*Digesta*) uma ofensa pública, sendo, portanto, puníveis. Também esta realidade contrasta com o que frequentemente era praticado nos recônditos das necrópoles, onde os *puticuli* mais não eram que acumulação cadavérica, na maioria dos casos desprovidos de qualquer respeito. Sobre o (des)respeito pelo corpo lembramos que muitas vezes os executados eram mutilados em público, como acabou por suceder a Cícero (Plutarco, *Cícero*, 48, 6).



Fig. 4 — Rito de *porca praesentanea* documentado na necrópole romana republicana de la Calle Quart, Valência (Ribera i Lacomba, 2010, p. 281, fig. 10).

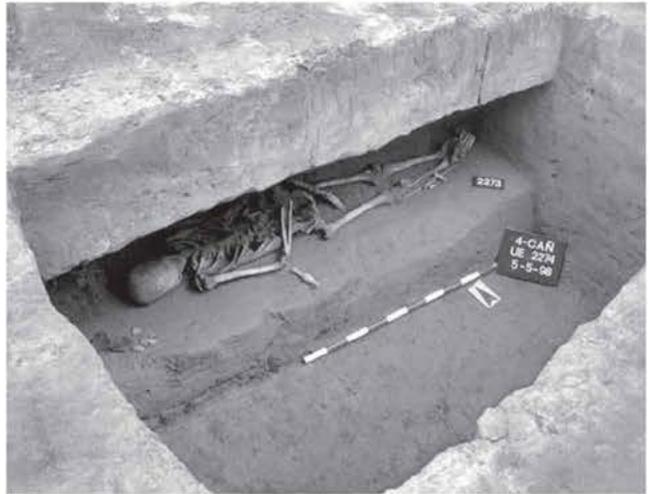


Fig. 5 — Sepulturas do século II a. C. da necrópole fundacional de Valência, Calle de Quart (Polo Cerdá et al., 2004, p. 298, fig. 8 e 9). À esquerda, enterramento com cobertura de adobes formando um telhado de duas águas; à direita, sepultura de câmara lateral ou hipogeu.

Parece evidente que esta terá sido a fase final da biografia deste fragmento de cerâmica de paredes finas. O seu elevado estado de fragmentação indica que se trata de uma deposição secundária. Não pode sequer argumentar-se que se trata de espólio utilizado durante as cerimónias fúnebres. Por outro lado, a arquitetura subterrânea da sepultura aponta para uma cronologia mais avançada, aproximando-se a sua datação da sobejamente conhecida sepultura da Rua das Alcaçarias (Gamito, 1992).

Infelizmente, os materiais de deposição secundária, recolhidos no enchimento de sepulturas, são muitas vezes responsáveis por datações demasiado recuadas, podendo deturpar a realidade evolutiva de um determinado espaço. Há que saber identificar aquilo

Século I

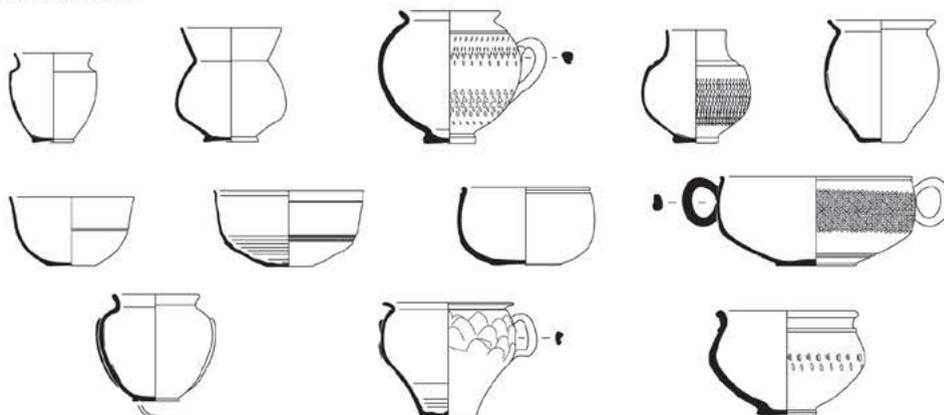
Terra Sigillata



Lucernas



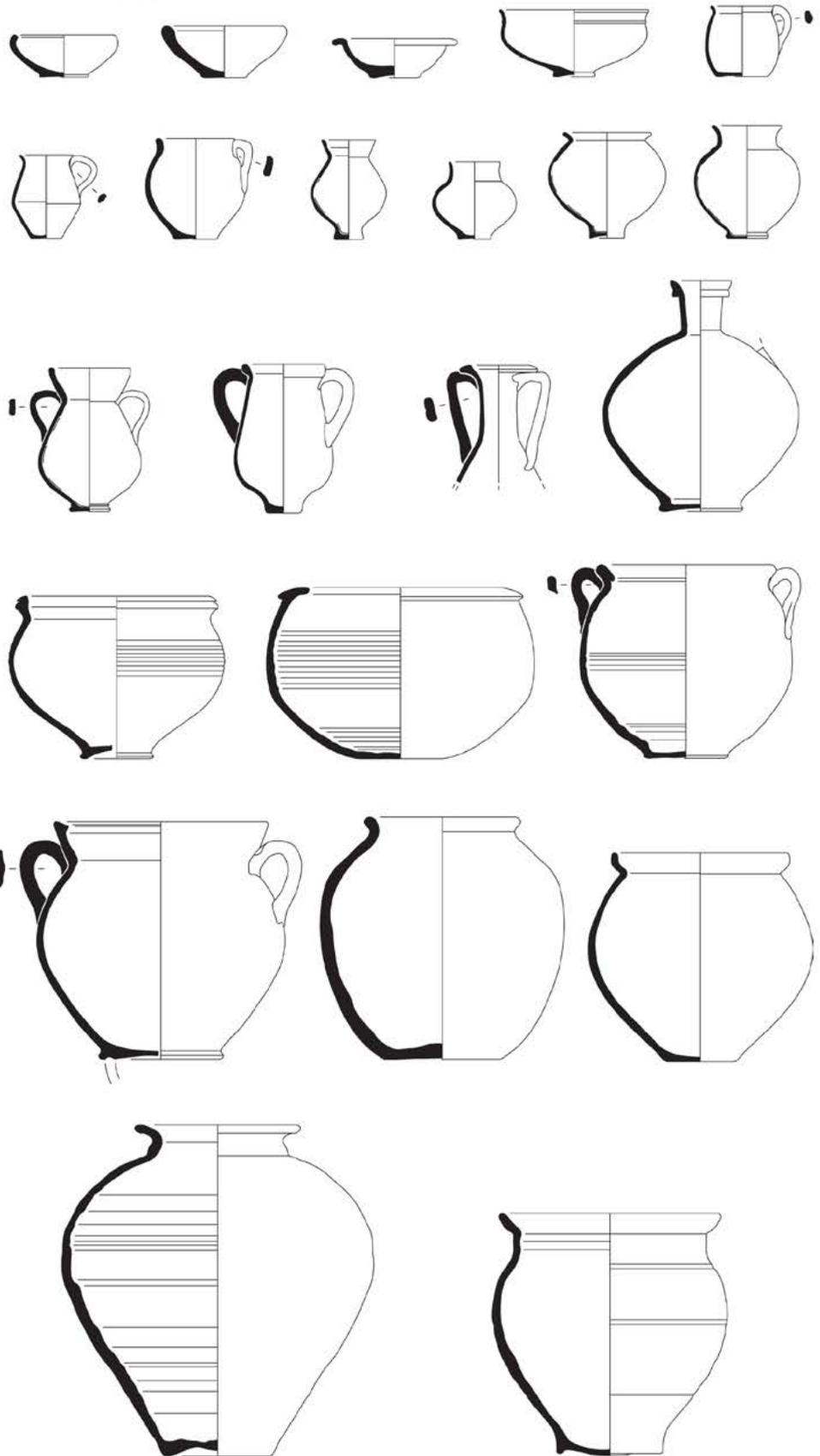
Paredes finas



Vidros



Cerâmica comum



Século II

MUSEU
NACIONAL DE
ARQUEOLOGIA

N I M P R E N S A
N A C I O N A L



ISBN 978-972-27-2694-8



9 789722 726948